

**Manifesto contra o neoliberalismo totalitário, a destruição da educação, do meio ambiente,  
da ciência, da cultura e do ministério do esporte no governo bolsonaro.  
E pelo chi, chi, chi, lê, lê, lê !!!**



Foto: Susana Hidalgo (2019).

## Estará tudo mudando?

Fiz ranger as folhas de jornal  
abrindo-lhes as pálpebras piscantes.  
E logo  
de cada fronteira distante  
subiu um cheiro de pólvora  
perseguindo-me até em casa.  
Nestes últimos vinte anos  
nada de novo há  
no rugir das tempestades.

Não estamos alegres, é certo, mas também por que razão  
haveríamos de ficar tristes? O mar da história  
é agitado.  
As ameaças  
e as guerras,  
havemos de atravessá-las,  
rompê-las ao meio, cortando-as  
como uma quilha corta  
as ondas.  
(E então, que quereis?... – Vladimir Maiakóvski)

Antes de traçar algumas linhas sobre a conjuntura brasileira e a seção temática, a Revista *Motrivivência*, através da fotografia de Susana Hidalgo,<sup>1</sup> atriz chilena de teatro, televisão, séries e cinema, quer gritar com os chilenos, em especial com as torcidas chilenas, que se juntaram às manifestações para politizar o futebol contra o neoliberalismo vigente. Sua foto fez “ranger as folhas de jornal, abrindo-lhes as pálpebras piscantes”, e pulsar o sangue que corre nos corpos militantes, nas ‘veias abertas da América Latina’, rememorando Eduardo Galeano. A autora da fotografia assim descreveu o que viu em suas lentes:

Parecia que “todos os chilenos estavam juntos”, diz ela, e que todos se conheciam. “As bandeiras ondulando, os cânticos, os tambores, o som das panelas seguiam em um só ritmo. Nossos corações se aceleravam, porque todos vibrávamos por algo em comum: justiça, dignidade, respeito, liberdade”. O Chile acordou da letargia de anos, que normalizava a violência e os abusos.<sup>2</sup>

Ao olhar essa foto, gritamos com a fotógrafa, com as torcidas e atletas dos principais clubes de futebol e com povo chileno: chi, chi, chi, lê, lê, lê! A imagem das manifestações, feita com celular, é memorável e emblemática e nos enche de coragem para a lutar contra o governo ultraneoliberal, autoritário, fascista e totalitário de Bolsonaro. A imagem de manifestantes com a bandeira Mapuche no topo de uma estátua militar, em Santiago, tornou-se símbolo dos protestos contra o governo de Piñera por reformas sociais, melhor dizendo, contra as determinações e destruições das políticas neoliberais no Chile, berço do neoliberalismo desde os anos 1970. Vale destacar que a imagem da “maior marcha do Chile”, em que um homem, no topo de uma estátua, no centro da capital chilena, empunha uma bandeira Mapuche, povo indígena originário do Chile e da Argentina, conhecido pela

---

1 CARMO, Marcia. ‘O Chile acordou’: autora da foto viral que marcou protestos conta o que sentiu ao capturar imagem. *BBC*, [S. l.], 29 out. 2019. Disponível em: <https://bbc.in/327maEt>. Acesso em: 31 out. 2019.

2 *Ibid.*

resistência ao demandar seus direitos, principalmente o direito à terra, simboliza os protestos contra as desigualdades sociais impostas pelo capitalismo neoliberal, não só no Chile mas também em toda América Latina (Argentina, Uruguai, Equador), onde a lógica neoliberal, com sua democracia liberal, parece dar sinais de esgotamento e superação. Estamos muito contentes e inspirados por essa lição de resistência, coragem e insubmissão, tendo em vista o momento sombrio que estamos vivendo no Brasil, presidido por Bolsonaro. Seguramente, não esqueceremos das outras imagens, sons e palavras contidas no relato da atriz, fotógrafa e artífice da fotografia ilustrada na epígrafe que abre este editorial:

Caminhávamos pelas ruas repletas de gente em direção à manifestação. Parecíamos partículas de algo que ia enchendo como glóbulos vermelhos que se reconhecem e avançam pelas veias até chegar ao coração. Éramos milhares.

Encontrei vários amigos. Mas, independentemente de nos conhecermos ou não, estávamos todos muito unidos, respirando o mesmo ar. A cadência das bandeiras, os cânticos, os tambores, os violões, as panelas, significavam o ritmo do coração, unido por uma única batida, e nos fazia vibrar por algo em comum. Justiça, dignidade, igualdade, respeito, empatia, liberdade... Porque o Chile despertou da letargia de anos de abusos normalizados.

Hoje, a consciência se fez presente, e foi assim que senti naquele dia da maior marcha pacífica do Chile.

Ficamos ali por várias horas, mas não sentíamos cansaço. Os cartazes com mensagens de luta e resistência nos deixavam muito atentos – apesar das bombas de gás lacrimogêneo. Veio o entardecer.

Avançamos conscientes pelos espaços que algumas pessoas deixavam até chegar à estátua, que sempre foi um ímã nas manifestações e não só para mim. E lá estava a estátua do general Baquedano tomada pelo povo.

No alto dela, um homem, cujo nome ainda não sei, levava a bandeira Mapuche, que ondulava, bonita, entre todas as bandeiras que existiam.

Me aproximei e exatamente depois que passou um helicóptero ao longe, e por cima de todos, esse homem levantou seus braços para o céu e ficou assim durante alguns segundos.

Respirava, parecia que observava o horizonte, e a bandeira Mapuche que erguia ondulava livre, contida pelo céu do entardecer de Santiago, que parecia incendiar e se mesclava naturalmente com uma fumaça que aparecia por perto.<sup>3</sup>

Essas lições, decerto, inspiram-nos a lutar em prol dos nossos direitos – vilipendiados e usurpados há mais de 10 meses. Tendo em vista a contundência e conteúdo estético-político-ideológico dessa foto seminal, dedicamos a Susana Hidalgo e a todos os chilenos os versos do poeta Maiakovski com que abrimos este editorial.

Nas edições passadas, optamos por colocar em destaque ‘as políticas de devastação e o autoritarismo de Bolsonaro’, apresentando uma plêiade de destruições e maus feitos, tais como: a destruição do meio ambiente e dos direitos trabalhistas, as consequências da agora aprovada Reforma da Previdência, os cortes e contingenciamentos na educação em geral, o sucateamento e a destruição das universidades e dos institutos federais (Future-se), a censura aos dados científicos sobre o desmatamento da Amazônia, a liberação de veneno na comida, o incentivo aos garimpeiros para invadir as reservas e assassinar os índios, entre outras barbáries.

---

3 CARMO, 2019.

Além do mais, como reflexo de toda essa onda destrutiva, apresentamos alguns elementos sobre a militarização dos corpos das crianças e jovens das escolas públicas, que poderão se submeter à imposição do programa “Escolas Cívico-Militares”, cujo objetivo, segundo Bolsonaro, supostamente, é fazer com o que “o cidadão não dependa dos programas sociais”.<sup>4</sup> Para Miguel Arroyo, as escolas militarizadas criminalizam infâncias populares e, além disso, estamos assistindo a tentativa de inviabilização e falência da escola pública e não só dela enquanto instituição, mas também dos educadores e dos gestores educacionais formados para atuar na área. Ao querer substituí-los por militares, damos um recado claro: vocês fracassaram. E isso é muito sério. A tentativa é de desconstruir toda a luta por uma educação pública de qualidade, tal como podemos ver com os ataques direcionado às universidades federais, às Ciências Humanas. Na visão dos neoliberais conservadores, a escola pública foi longe demais e precisa ser combatida. E quando se destrói a ideia da escola pública, rui juntamente a ideia do Estado público, de direitos, de cidadanias. Para ele, trata-se de “uma radicalidade terrível”.<sup>5</sup>

Como se tudo isso não bastasse para caracterizar a sanha neoliberal e autoritária do governo Bolsonaro, trouxemos para o debate a problemática do sofrimento e do adoecimento da sociedade brasileira, fenômeno intitulado ‘Doente de Brasil’,<sup>6</sup> que se reverbera na educação superior sob a égide da “guerra na educação e a já frágil saúde mental nas universidades”.<sup>7</sup>

Como já aludimos em editoriais passados, Bolsonaro foi eleito tendo como pano de fundo o Golpe de 2016, que impôs, com a total participação da classe burguesa, o *impeachment* à Presidenta Dilma Rousseff e fez subir ao poder o golpista Michel Temer. Daí até o final de 2018, a dinâmica do golpe e da regressão social capitalista brasileira pôs-se a marchar sob a batuta do reacionarismo.

Depois disso, com o ativismo judicial que pôs Lula na prisão e o impedimento de sua candidatura, orquestrado de forma híbrida pela anódina Rede Globo de Televisão e seus conglomerados, por outras mídia e por partidos como o MDB, o PSDB, o DEM e outros partidos de extrema direita (inclusive o partido ‘artificial’ – PSL), com apoio da Polícia Federal, tendo à frente o juiz Sérgio Moro, personagem central do *lawfare* na trama antiética da Lava jato, assim como do STF, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e dos militares, sobe ao poder Bolsonaro (guerra ‘híbrida’).

Como sabemos, *lawfare* é o fenômeno em que o uso da lei (*law*) serve como instrumento de guerra e destruição do outro (*warfare*), um expediente que não respeita os procedimentos legais e os direitos do indivíduo que se pretende eliminar. Tal prática foi planejada de forma a manter toda uma aparência de legalidade, com a ajuda da mídia e dos próprios agentes públicos responsáveis pela investigação e condução do processo, conforme as últimas gravações e vídeos do The Intercept Brasil comprovam.<sup>8</sup> Trata-se da utilização da lei e dos procedimentos legais pelos agentes do sistema de Justiça para perseguir quem tenha sido declarado inimigo, neste caso, inimigo político. Assim, o sistema jurídico é manipulado para dar aparência de legalidade às perseguições aos adversários.

A *lawfare* foi usada, na prática, para deslegitimar o ex-presidente Lula a partir da manipulação do sistema legal e do abuso de direito, numa tentativa de influenciar a opinião pública, judicializando a política e promovendo desilusão popular. Aliado a isso, o objetivo de Bolsonaro era engendrar suas políticas neoliberais, autoritárias e de cunho fascista insuflando o ódio antipetista. Isso porque uma

---

4 MAZUI, Guilherme. Bolsonaro defende ‘impor’ escolas cívico-militares para cidadão não depender de programas sociais. **G1**, Brasília, 5 set. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2r9lmCn>. Acesso em: 20 set. 2019.

5. ARROYO, Miguel. ‘Miguel Arroyo: Escolas militarizadas criminalizam infâncias populares’. [S.l.], 20 de out. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/miguel-arroyo-escolas-milita...> Acesso em 31 out. 2019.

6 BRUM, Eliane. Doente de Brasil: como resistir ao adoecimento num país (des)controlado pelo perverso da autoverdade. **El País**, [S. l.], 2 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2ysXlqh>. Acesso em: 2 ago. 2019.

7 PINHEIRO-MACHADO, Rosana. A guerra na educação piora a já frágil saúde mental nas universidades. **The Intercept Brasil**, [S. l.], 15 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2WE1zXj>. Acesso em: 20 out. 2019.

8 GREENWALD, Glenn; NEVES, Rafael. As mensagens secretas da Lava Jato – Parte 18. **The Intercept Brasil**, [S. l.], 29 ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2WC5qEc>. Acesso em: 31 out. 2019.

‘guerra legal’ parte da ideia de que um grupo político vai tentar usar da lei para impedir ou punir a ação de outro grupo político – e esse argumento foi usado pela defesa de Lula para passar a impressão de que a atuação do Ministério Público não era somente jurídica mas sobretudo política.<sup>9</sup>

Em meio à guerra híbrida, *lawfare* e *fake news*, por condução da burguesia nacional e internacional e por segmentos populares instigados pelo conservadorismo, Bolsonaro foi eleito, dando continuidade ao Golpe. Assim é que Bolsonaro ganhou as eleições, gerando uma crise que culminou com uma intensa e violenta investida contra os direitos humanos e trabalhistas, contra a luta de classes, em suma, contra a classe trabalhadora.<sup>10</sup> Toda essa devastação no campo das políticas públicas e sociais fez do Brasil um laboratório do neoliberalismo ultra-autoritário.<sup>11</sup>

\*\*\*

Outra questão importante para entendermos o fenômeno dos golpes de Estado na América Latina é a ‘guerra híbrida’. Via de regra, entende-se por ‘guerra híbrida’ a combinação entre revoluções coloridas e guerras não convencionais. No entanto, esse conceito surgiu em 2010, retirado do *Manual para guerras não convencionais das Forças Especiais*, de autoria do Exército dos EUA. Eis a citação-chave:

O objetivo dos esforços dos EUA nesse tipo de guerra é explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de potências hostis, desenvolvendo e apoiando forças de resistência para atingir os objetivos estratégicos dos Estados Unidos. [...] Num futuro previsível, as forças dos EUA se engajarão predominantemente em operações de guerras irregulares (IW, na sigla em inglês).<sup>12</sup>

Neste novo modelo de guerra, as revoluções coloridas são previamente planejadas, utilizando ferramentas de propaganda e estudos psicológicos combinados, como o uso de redes sociais. A manobra consiste em desestabilizar e derrubar governos através de manifestações de massas e em nome de reivindicações abstratas, como liberdade, combate à corrupção, entre outras. Essas são as fagulhas que incendeiam uma zona de conflito interno. Vale dizer que a revolução colorida é o ‘golpe brando’. Depois disso, se ela for suficiente para derrubar ou substituir o governo, avança-se para o estágio de guerra não convencional, isto é, aquela combatida por forças não regulares, sejam elas guerrilhas, milícias ou insurgências. Esse é o momento do ‘golpe rígido’. A lógica é a seguinte: “[...] ao mesmo tempo, quanto mais operações ocorram na proximidade dos países-alvos, menores as necessidades e chances de se recorrer à guerra direta”.<sup>13</sup>

Embora seja um conceito militar, a guerra híbrida adentra os dias de hoje com o objetivo de promover o conluio entre lideranças entreguistas de países com democracia frágil e atravessados por conflitos econômicos, políticos, culturais, entre outros. Isso pôde ser constatado, recentemente, na Venezuela e no Brasil. Na atualidade, os EUA são o único país a se utilizar das guerras híbridas com fins de dominação imperialista, porquanto aos países-alvos falte compreensão sobre o funcionamento e a extensão deste método.<sup>14</sup>

9 NOVO, Benigno Nuñez. O que é *lawfare*. **Jus Navigandi**, [S. l.], jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2NF40tq>. Acesso em: 20 set. 2019.

10 MASCARO, Lysson Leandro. Dinâmica da crise e do golpe: de Temer a Bolsonaro. **Margem Esquerda** – Revista da Boitempo, [S. l.], n. 32, p. 25-26, 1º Semestre, 2019.

11 SAFATLE, Vladimir. Brasil se tornou laboratório mundial de neoliberalismo autoritário. Tradução: Sylvie Giraud. **Brasil 247**, [S. l.], 2 set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/33jCzXW>. Acesso em: 20 set. 2019.

12 ESCOBAR, Pepe. Que são, nos manuais americanos, ações não convencionais contra “forças hostis” aos EUA. *Impeachment* e Pré-sal. Como super-ricos cooptam a classe média. Tradução: Vinícius Gomes Melo e Inês Castilho. **Outras palavras**, [S. l.], 30 mar. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/36n2uzQ>. Acesso em: 20 set. 2019.

13 STÉDILE, Miguel Henrique. Apresentação. In: KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 9.

14 ESCOBAR, 2016.



Quando se volta o olhar para a crise política brasileira, pode-se levantar a hipótese de que os interesses imperialistas dos EEUU no Brasil provavelmente perpassem de forma aproximada os conceitos de guerra híbrida e revolução colorida. Talvez seja essa a razão da bajulação subserviente de Bolsonaro e seu filho Eduardo à cultura americana, particularmente ao Presidente Trump, que os levou a entregar a Base de Alcântara e o Pré-Sal aos objetivos estratégicos dos Estados Unidos. No entanto, de acordo com o jornalista Pepe Escobar, o sistema financeiro global não aceitaria a soberania nacional de um ator regional da importância do Brasil. Isto significa dizer que, no Brasil, a marcha em direção à guerra híbrida provavelmente teve pouco a ver com as tendências políticas de direita ou esquerda. Foi basicamente sobre a mobilização de algumas famílias ultra-ricas, que de fato governam o país, a compra de grandes parcelas do Congresso e o controle dos meios de comunicação. Entretanto, há também a hipótese de que, no caso brasileiro, os golpistas de ultradireita já viessem se preparando para entregar aos poucos a nossa riqueza, principalmente com chegada de Trump ao poder.

É importante dizer que não se trata de uma guerra híbrida pura, pois, no governo Bolsonaro, através de *fake news* e de declarações verdadeiras, porém grotescas, é possível perceber que a guerra híbrida já está instalada. Exemplo disso é a afirmação de que o “AI-5 pode voltar se a esquerda radicalizar”, proferida por Eduardo Bolsonaro.<sup>15</sup> Na prática, essa inaceitável retórica nos mostra que há uma guerra híbrida em doses homeopáticas no governo *fake*, que distrai a população enquanto os liberais correm para fazer o serviço essencial: liquidar a democracia ainda em construção e instaurar em seu lugar o Estado ultraneoliberal de exceção.

### **Dez meses de mediocridade, violência e retirada de direitos, mas também de resistências...**

Após dez meses de gestão, em razão de suas práticas, discursos e políticas, Bolsonaro já se immortalizou como arauto do Estado autocrático, ultraneoliberal, fascista, obscurantista, nazista, autoritário, militarista, totalitarista e entreguista. Ou, como ele se autointitula, um ‘conservador patriota’, um ‘leão’ acuado por ‘hienas’, pois as instituições são vistas como rivais por ele.<sup>16</sup> Na verdade, ele é um misto de capitão e palhaço. E tal mistura, aliada aos preceitos neofascistas e neonazistas, torna-o um militar violento e defensor do extermínio daqueles que não comungam de suas práticas e ideias; segundo ele, os comunistas, os petistas, os esquerdistas e os movimentos sociais e sindicais, que, por isso, devem se submeter ao retorno do governo militar de 1964, à tortura e à perseguição.

Essas e outras denominações fazem jus às suas posições anticivilizatórias de ódio de classe, gênero, raça/etnia e cultura. Na verdade, trata-se do ódio à nossa jovem e frágil democracia, que, aos poucos, vai sendo substituída pela democracia liberal, ou seja, a ‘democracia sem direitos’. Esses comportamentos fizeram com que nós brasileiros ficássemos impregnados de indignação, principalmente diante da defesa da ditadura militar de 1964, comandada dos subterrâneos do DOI-CODI. Também nos causaram repulsa as suas declarações sobre o incêndio criminoso da Amazônia e o incentivo aos garimpeiros para invadir reservas e matar violentamente os indígenas, perseguir e criminalizar ONGs e defensores do meio ambiente. Como se tudo isso fosse pouco, a exemplo do incêndio na Amazônia, demorou a colocar as instituições para conter o vazamento de petróleo nas praias do Nordeste. Ademais, morremos de vergonha das posições que externa em eventos internacionais, como na ONU, por exemplo.

15 BITTAR, Bernardo. Pelo Twitter, Eduardo Bolsonaro volta a defender AI-5, mesmo com críticas. **Correio Brasiliense**, [S. l.], 31 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2WCe6ug>. Acesso em: 1º nov. 2019.

16 BENEVIDES, Daniel de Mesquita; MELO, Tarso de. A força da Ação. Entrevista com Vadlimir Safatle. **Revista CULT**, São Paulo, Ano 22, p. 11, out. 2019.

Nesse sentido, sua atuação nesses dez meses de gestão destrutiva o fez passar da condição de ‘mito’ para a de ‘câncer global’, conforme a mídia internacional o retrata:

[Bolsonaro é] o grande risco da humanidade, em virtude da destruição da Amazônia, que foi estimulada por ele próprio, em seu início de mandato, o recente ataque ao Inpe e o estímulo ao desmatamento e às mineradoras e a retórica contrária à ciência, ele se converteu em vilão da humanidade.<sup>17</sup>

Esse momento político de destruição da nossa inacabada democracia segue o curso da onda neoliberal e de extrema direita pelo mundo afora, sob o argumento indefensável de que as políticas sociais não cabem no orçamento público. Com isso, eles vão reduzindo os custos da reprodução da força humana de trabalho, aumentando assim a margem de lucros, ou seja, reproduzindo a histórica mais-valia capitalista.<sup>18</sup>

Nessa perspectiva, a redução dos custos culmina na precarização do trabalho, no aumento da informalidade, no congelamento dos salários, nos cortes na Previdência e na Seguridade Social, na redução dos gastos com saúde e educação, entre outras políticas. Tudo isso vem aprofundando a espoliação da classe-que-vive-do-trabalho e, conseqüentemente, aumentando as históricas desigualdades sociais. O que se verifica no mundo do trabalho, aqui e em diversas partes do planeta, configura-se como uma ‘nova morfologia do trabalho’, que pode ser chamada de ‘o privilégio da servidão’, a exemplo das novas formas de exploração e precarização do trabalho no capitalismo neoliberal: o trabalho digital (ou do infoproletariado/ciberproletariado), da explosão de empresas globais de terceirização total, do controle e apropriação do tempo de trabalho e de vida, da derrelição das formas contratuais (ver a Reforma Trabalhista), da superexploração do trabalho dos migrantes, da explosão do trabalho intermitente ou dos intermitentes globais (*zero hour contract*).<sup>19</sup> E, por fim, da persistência da exploração do trabalho infantil – em razão dos cortes nas políticas públicas e sociais.

Paralelo a todo esse processo destrutivo, destacam-se ainda, contraditoriamente, as isenções tributárias dadas a setores da indústria, do comércio e do agronegócio, que em 2017 somaram R\$ 270 bilhões.<sup>20</sup>

Diante de tudo isso, nossos leitores e leitoras hão de compreender a dificuldade que tivemos para fazer uma breve análise da conjuntura, considerando a enorme quantidade de destruições da vida social, política e cultural do governo Bolsonaro no âmbito da vida cotidiana do país. Como se isso não bastasse, temos dificuldade em separar as questões essenciais e secundárias, universais e particulares em meio ao imbróglie discursivo das mídias progressistas e de ultradireita.

Pelo exposto, fica evidente a nossa dificuldade para separar o ‘joio do trigo’, em que pese a imensa produção de notícias no cotidiano midiático, em suas diversas vertentes, de ultradireita e de esquerda. Nesse editorial, a ideia é delimitar ao máximo o texto, centrando nossas forças, de forma introdutória, nas questões relativas à compreensão do projeto político de Bolsonaro e seus correligionários, com suas ideias, discursos e práticas políticas ultraneoliberais, fundamentalistas, autoritárias, fascistas, obscurantistas e totalitárias, que são engendradas a partir dos elementos teleológicos e ideológicos da democracia liberal. Nesses termos, como nas duas últimas edições, cujos enfoques dedicaram-se às reflexões sobre as políticas neoliberais em chamas no Brasil, elegemos como título deste editorial o neoliberalismo na América do Sul, os limites da democracia liberal e a destruição do Ministério dos Esportes. Trata-se, portanto, de questões pertinentes às possíveis relações entre neoliberalismo, autoritarismo e fascismo, compreendendo, para além desse enunciado,

17 MÍDIA internacional já se refere a Bolsonaro como câncer global, **Brasil 247**, [S. l.], 26 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2qh9ttA>. Acesso em: 20 set. 2019

18 CACCIA-BAVA, Silvio. Editorial: Ser oposição. **Le Monde Diplomatique**, [S. l.], Ano 13, n. 147, out. 2019, p. 3.

19 ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 10.

20 CACCIA-BAVA, 2019, p. 3.

as ideias de neoliberalismo e autoritarismo como uma história de amor<sup>21</sup> e de neoliberalismo como uma nova forma de totalitarismo.<sup>22</sup>

\*\*\*

## Neoliberalismo totalitário e as destruições da Educação, da Ciência e da Cultura no governo Bolsonaro

De acordo com Harvey,

[...] o neoliberalismo é em primeiro lugar uma das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem provido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livre mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, qualidade e integridade do dinheiro.<sup>23</sup>

Continuando nessa lógica de reflexão, o Estado deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, de polícia e legais, visando com isso garantir direitos individuais de propriedade e assegurar, se necessário pela força, o funcionamento dos mercados. Nesse contexto, essa empática acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômico vem ocorrendo desde os anos 1970, quando o Chile começou a ser utilizado como laboratório para as suas políticas públicas e sociais. Esse processo de neoliberalização teve no Chile o laboratório das chamadas ‘destruições criativas’, tanto nos antigos poderes e estruturas institucionais, abalando as formas tradicionais de soberania do Estado, como também nas divisões do trabalho, nas relações sociais, na promoção do bem-estar social, nas combinações entre tecnologias, nos modos de vida e de pensamento, nas atividades reprodutivas, nas formas de ligação à terra. Entre outros pontos da agenda político, econômica e cultural.

O neoliberalismo está em queda vertiginosa, no que refere aos seus valores ontológicos, econômicos e políticos. Ideológicos e políticos, sobretudo, na América Latina, em países como Chile, Argentina, Uruguai e Equador, por exemplo, ladeados pelo ultraneoliberalismo autoritário e totalitário de Bolsonaro. Essa derrocada do neoliberalismo, que tem no Chile sua gênese e morte, faz com que diversos intelectuais e políticos de esquerda se perguntem: afinal, o neoliberalismo acabou? E, juntamente com ele, a democracia liberal? Assim, temos que gritar com os chilenos: *chi, chi, lê, lê?* A resposta provisória é que o cenário da atual conjuntura ainda está aberto às práticas e políticas neoliberais, embora haja hoje um enfrentamento do regime, como evidenciado pelas recentes manifestações do Chile.

O fato é que o neoliberalismo continua seu curso, destruindo direitos e, paralelo a isso, levando a cabo um Estado Policial, afim de conter trabalhadores e trabalhadoras que lutam para pôr fim nas desigualdades sociais. Portanto, o neoliberalismo não acabou, nem, é claro, o capitalismo (em crise), tampouco a luta pelo fim da divisão social de classes, que, tendo em vista as últimas mobilizações sociais, reafirma, com mais força, a luta de classes, na América Latina e em todo o mundo. Na realidade, o que há é uma crise do sistema político na América Latina e a consequente perda de legitimidade por parte das instituições que desempenham o papel de mediadoras entre o Estado e os

21 CASARA, Rubens R. R. Neoliberalismo e autoritarismo, uma história de amor. **Revista Cult**, São Paulo, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2JKvLed>. Acesso em: 20 set. 2019

22 CHAUI, Marilene. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. **A Terra é redonda**, [S. l.], 6 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36tKq77>. Acesso em: 20 out. 2019.

23 HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011. P. 8.



cidadãos, como por exemplo, o parlamento e os partidos políticos. Essa situação representa mais que um mero reflexo dos fracassos do neoliberalismo. Esses fracassos manifestam nitidamente, em escala continental, as contradições estruturais inerentes ao Estado Liberal e ao sistema representativo parlamentar, como forma de funcionamento do Estado.<sup>24</sup>

O Brasil, assim como outros países da América Latina, ainda se encontra submetido à racionalidade neoliberal, e o ultra-autoritarismo encontra terreno fácil aqui para montar seu laboratório, como no Chile de Pinochet, que serviu de laboratório para as experiências do neoliberalismo clássico.<sup>25</sup>

Vale ressaltar que esse novo neoliberalismo, articulado com a democracia liberal, vinha sendo aceito por boa parte da sociedade brasileira, principalmente pela classe média e pelas elites, assim como por boa parte da classe trabalhadora empobrecida. Esses brasileiros e brasileiras terminaram, com seus votos, elegendo Bolsonaro e, assim, acreditando nas mentiras e falsas promessas das *fake news*. No entanto, após dez meses de mandato, a felicidade prometida, que indicava que ações diretas trariam resultados rápidos e eficientes para uma massa agonizante, assim que a torneira da corrupção fosse fechada, foi gradualmente se convertendo em números pífios na economia, em devastações ambientais ou ‘destruição criativa da terra’, em regressões na educação e na cultura, sem falar na névoa de corrupção, que começa a se insinuar por entre bravatas, vexames e vergonhas presidenciais.<sup>26</sup>

A destruição criativa da terra, segundo Harvey,<sup>27</sup> faz parte da natureza do capital. Por conseguinte, é da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, nem incorporar o peso das implicações materiais na sua ação. Assim, a partir das ideias sintetizadas no livro de Mézaros, pode-se afirmar que “[...] a degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu [do capital] sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução numa escala cada vez maior”.<sup>28</sup> O chamado ‘ambiente natural’ é objeto de transformação pela atividade humana, então o discurso e a prática político-ambientais transformam os campos e as cidades em mercadorias geradoras de valor de troca. É isso que estamos vivenciando diuturnamente nas gestões dos governos neoliberais, na América Latina e em outros rincões do planeta, em especial no governo de Bolsonaro, no que se refere aos cuidados e à defesa do nosso patrimônio ambiental, a Amazônia, uma tragédia marcada por negligências e manipulação dos dados sobre os índices de devastação.

Nessa perspectiva, entre outras destruições da natureza, a agricultura devasta o solo, os garimpeiros são autorizados a invadir terras indígenas, e centenas de quilômetros quadrados de florestas são reduzidos à cinza pelas políticas ambientais precárias e intencionalmente destrutivas, consequência da ação voraz e ilegal de pecuaristas, produtores de soja e outros atores do agronegócio.<sup>29</sup> Some-se a isso o derramamento de petróleo que poluiu as praias do Nordeste, além da catástrofe de Brumadinho.

Diante do exposto, a luta contra o sistema de barbárie, no contexto brasileiro, de enorme turbulência e obscurantismo, continua ameaçando acabar em *crash* econômico-global. Essa crise rompeu paradigmas, e os representantes do grande capital forçaram os governos a adotar medidas que podem engendrar mudanças ainda mais profundas e destrutivas. O Estado, sob tutela neoliberal, assumiu o controle do sistema financeiro e privatizou grandes empresas, cobiçando tudo que outrora fora público (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobrás, Correios, estradas, portos, aeroportos, universidades e escolas, sistema de saúde, entre outras instituições). A conjuntura atual mostra que

---

24 VIEIRA, Luiz Vicente (org.). **Crise do Estado Liberal na América Latina**: movimentos sociais e transformações do político. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p. 13.

25 CASARA, 2019.

26 DUNKER, Christian Ingo Lenz. Como encontrar a felicidade em tempos sombrios: três passos para olhar o futuro.

**The Intercept Brasil**, [S. l.], 26 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/32c7aW2>. Acesso em: 20 set. 2019.

27 HARVEY, 2011.

28 MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 253.

29 HARVEY, *op. cit.*, p. 151.

houve uma polarização da cena política, na qual se pode constatar que “os governos bandearam-se descaradamente para o lado dos banqueiros”.<sup>30</sup>

Na esteira dos impactos do neoliberalismo na vida social, podemos evocar alguns aspectos sobre a questão social, nomeadamente as relações entre o neoliberalismo e o acirramento das desigualdades sociais, que “engloba todo o mecanismo financeiro, econômico e social por traz da palavra”.<sup>31</sup> Essas reflexões sugerem-nos repensar a legitimidade da acumulação de capital e, conseqüentemente, da distribuição de renda destinada aos milionários e bilionários, responsáveis pelos processos de desigualdade. Na verdade, o essencial é pensar sobre os faustosos padrões de vida das chamadas “classes obesas”, expressão cunhada por Milton Santos,<sup>32</sup> diante da classe trabalhadora explorada e empobrecida, cujo padrão de vida, em muitas periferias das cidades, assemelha-se ao dos trabalhadores do século XIX. Isso significa reconhecer que, em pleno século XXI, o capitalismo, com suas destruições (do meio ambiente, do direito ao trabalho, da coletividade), produz desigualdades insustentáveis, arbitrarias, desumanas e injustas, que ameaçam de maneira radical os valores de uma sociedade verdadeiramente democrática, ameaçam o presente e o futuro do planeta. Com efeito, as economias capitalistas, no atual estágio das políticas públicas e sociais neoliberais, promovem uma injusta redistribuição da riqueza, ao penalizar a classe trabalhadora empobrecida, cortando seus direitos do dia a dia e, com isso, produzindo e reproduzindo as desigualdades sociais, das quais cada vez mais se servem.

Essa situação de empobrecimento dos brasileiros e brasileiras, imersos no desemprego e no subemprego, ou seja, dos “pobres de tudo”, no dizer de Marilena Chauí,<sup>33</sup> carece de investigações tanto quantitativas quanto qualitativas, no sentido de produzir análises não apenas sobre a ‘desigualdade social’ em seus diversos aspectos mas fundamentalmente sobre a distribuição da riqueza visando à taxação dos mais ricos, ou seja, sobre os processos históricos de acumulação que tornam poucos homens bilionários, enquanto a maior parte empobrece pela ação destrutiva do capital.<sup>34</sup> Aliás, quanto a esse fato, a Revista Forbes publicou o *ranking* definitivo dos 200 bilionários mais ricos do Brasil.<sup>35</sup>

O Brasil de Bolsonaro vem se revelando um laboratório ideal para essa nova experiência, que une mercado, rentismo, lógica concorrencial, eliminação da democracia e práticas autoritárias. Isso nos faz repensar nas ideias do livro de Yascha Monk *O povo contra a democracia*, cujo conteúdo nos põe a refletir sobre os motivos que fizeram a democracia liberal ‘funcionar’ e, ao mesmo tempo, colapsar, sobretudo no âmbito da crise econômica, democrática e política que acomete alguns países do mundo.

De fato,

Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos liberais estava muito satisfeita com seus governos e o índice de aprovação de suas instituições era elevado; hoje, a desilusão é maior do que nunca. Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos tinha orgulho de viver numa democracia liberal e rejeitava enfaticamente uma alternativa autoritária a seu sistema de governo; hoje, muitos estão cada vez mais hostis à democracia. E há um quarto de século, adversários políticos eram unidos em seu respeito mútuo pelas regras e normas democráticas básicas; hoje, candidatos que

30 CACCIA-BAVA, Silvio. O neoliberalismo acabou? *Le Monde Diplomatique*, [S. l.], Edição 23, Seção Mundo, 5 jun. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2PJHDB4>. Acesso em: 20 set. 2019.

31 PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014; CATANI, Antônio David. *Riqueza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Zouk, 2010.

32 SANTOS, Milton *et al.* *Território e sociedade*: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

33 CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência* - aspectos da cultura popular no Brasil. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 141.

34 PIKETTY, 2014; CATANI, 2010.

35 REVISTA FORBES BRASIL. *O ranking definitivo dos 200 bilionários mais ricos do Brasil*, [S. l.], Ano VII, n. 71, Edição Especial, 2019.

violam as normas mais fundamentais da democracia liberal ganharam poder e influência.<sup>36</sup>

Em contrapartida, não podemos olvidar a onda antineoliberal que abala a América Latina e se firma após o levante chileno em outubro, a eleição na Argentina contra Maurício Macri, as eleições do Uruguai, rumo ao segundo turno, com a esquerda à frente, a reeleição de Evo Morales na Bolívia e a revolta dos indígenas no Equador. Aqui vale a pena endereçar uma nota de alegria e orgulho ao povo chileno, imortalizado na foto com que abrimos o editorial, na qual é possível observar pessoas de todos os matizes de classe, raça, gênero e geração na peleia por seus direitos de cidadãos, com destaque para as torcidas, que se juntaram às manifestações de rua para defender a democracia chilena. Além disso, torcedores de diversos times de futebol ajudaram a socorrer os feridos nos dias das manifestações. Um exemplo para nossas torcidas organizadas, no momento em que algumas já se articulam para fazer protestos contra o governo Bolsonaro.

\*\*\*

Nos dois últimos editoriais, tentamos explicar o governo Bolsonaro atribuindo-lhe a alcunha de neoliberalista autoritário e fascista. Levantamos a premissa de que seu governo é a mistura perversa e diabólica entre neoliberalismo, fascismo e autoritarismo. Todavia, após ler o artigo de Marilena Chauí,<sup>37</sup> trazemos para o debate a ideia de que se trata de um “neoliberalista totalitário”. De acordo com a autora, tornou-se corrente nas esquerdas o uso de termos como fascismo e neofascismo para descrever criticamente nosso presente. Para muitos, o fascismo é identificado pela presença do líder de massas, pelo autocrata. É verdade que, hoje, embora não se alcem à figura do autocrata, os governantes operam com um dos instrumentos característicos do líder fascista, qual seja, a relação direta com ‘o povo’, sem mediações institucionais e mesmo contra elas.

Também se encontram presentes, nos discursos e práticas políticas da atualidade, outros elementos inerentes ao fascismo: o discurso de ódio ao outro (racismo, homofobia, misoginia); o uso das tecnologias de informação, que elevam a níveis impensáveis as práticas de vigilância, controle e censura; e o cinismo – ou a recusa de distinguir entre verdade e mentira como forma canônica da arte de governar. Portanto, não é possível empregar o termo fascismo por três motivos, a saber: a) porque o fascismo tem um cunho militarista, mas, apesar das ameaças de Trump à Venezuela ou ao Irã, das ações de Nathanayu sobre a faixa de Gaza ou da exibição de valentia do homem armado pelo governo Bolsonaro e suas ligações com as milícias de extermínio, nenhum deles pode ser identificado com a ideia fascista de povo armado; b) porque o fascismo propõe um nacionalismo extremado, porém a globalização, ao enfraquecer a ideia do Estado-nação como enclave territorial do capital, retirou do nacionalismo o lugar de centro mobilizador da política e da sociedade; c) porque o fascismo pratica o imperialismo sob a forma do colonialismo, mas a economia neoliberal dispensa esse procedimento, usando a estratégia de ocupar militarmente um espaço delimitado por um tempo delimitado, devastar economicamente esse território e abandoná-lo depois de completada a espoliação.

Em síntese, no lugar de fascismo, é mais acertado utilizar o termo neoliberalismo associado ao termo totalitarismo (neoliberalismo totalitário), tomando como referência as análises da Escola de Frankfurt sobre os efeitos do surgimento da ideia de sociedade administrada. Dito isto, o liberalismo se configura como nova forma de totalitarismo. Essa nova forma de fazer política se faz representar, no Brasil e no cenário global, quando se fala em neoliberalismo e democracia, pela onda de extrema direita, autoritarismo e fascismo, que volta ao cenário político global com a força-motriz da opressão e submete-se aos interesses do mercado. Nesse sentido, urge lembrar que o neoliberalismo não é apenas uma mutação histórica do capitalismo, mas sim a nova forma do totalitarismo.

---

36 MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Tradução: Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 19.

37 CHAUI, 2019.

O totalitarismo da figura do líder de massas mudou, pois o discurso de ódio e intolerância agora está sob controle do próprio sistema que rege esses governos. A eficácia desse novo totalitarismo é a sua invisibilidade. Nesse sentido, vale destacar que a figura odiosa, anti-intelectualizada, subserviente, regida por conservadorismo extremo e avessa a ideais humanitários do atual mandatário da República é exatamente a figura do autocrata. Para Chauí, no entanto, o ex-deputado e representante máximo da velha política é apenas o fantoche de uma dominação muito maior, que tem como líder supremo o mercado.

\*\*\*

Com relação às políticas neoliberais, na edição passada, tratamos da destruição da ciência & tecnologia e, de forma mais detalhada, dos cortes e contingenciamentos das verbas para pesquisa nas universidades, bem como do programa ‘Future-se’ e as suas consequências nefastas para o presente e o futuro dessas instituições. Temos clareza que essa “queda de braço” contra as instituições federais com o atual governo, o elemento político-ideológico tem centralidade. Por que o que está em pauta é a desqualificação de tudo que representa patrimônio público à medida em que parte da construção da justificativa moral para os cortes orçamentários e para a disputa ideológica que o MEC insiste em levar a cabo. O que eles querem é terceirizar a gestão das universidades em nome de suposta modernização da gestão pública. Essa foi a forma que eles encontraram para acabar com a “balbúrdia” e cumprir dois objetivos nucleares: “a) reduzir o poder político das comunidades acadêmicas, tomadas pelo governo como esquerdistas e comunistas; b) contratar via OS, os professores sem vínculo estatutário, um ato juridicamente emblemático e c, perverso e complicado que visa acabar com a estabilidade dos docentes. Na prática, isso permitiria pagar salários menores e precários abrindo caminhos para diferentes formas de controle ideológico no serviço público”<sup>38</sup>.

Nossa luta tem sido constante nos editoriais – sempre na perspectiva de que “educação não é mercadoria”, ou melhor, que “a escola e a universidade não são uma empresa”, de acordo com os estudos de e Freitas.<sup>39</sup> Aliás, não se deve apenas restringir ao fenômeno da mercantilização da escola, mas estender à lógica da “mercadorização” da escola pública”, que está indelevelmente ligada à luta generalizada das classes sociais dentro do mercado escolar e universitário Laval.<sup>40</sup> Nesse âmbito, discutimos a perseguição a universidades, professores e estudantes pelo Ministro da Educação, Weintraub.

Diante de tanta devastação desmedida e irresponsável, é preciso identificar o que subjaz a essas políticas, no que diz respeito aos pressupostos teórico-práticos do neoliberalismo totalitário; é preciso compreender que o Presidente da República está agindo para desconstruir os nichos de inteligência no aparato de Estado, removendo instâncias e protocolos técnico-científicos indispensáveis para a tomada de decisões com base no conhecimento científico (veja a seção temática sobre a extinção do Ministério dos Esportes). Nesse sentido, há uma extensa lista de aparatos atingidos que nos permite vislumbrar o alcance dessas investidas, quais sejam: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Painel Intergovernamental sobre Mudanças climáticas; Conselho Nacional de Meio Ambiente; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Instituto Nacional de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Comitê de Compensação Ambiental Federal; Conselho Nacional de Política de Drogas; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Cinema; Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira; Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas; Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia; Fundação Nacional do Índio; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Banco Nacional de Desenvolvimento Nacional

38 GRISA, Gregório Durilo. **A Educação merece mais. Le Monde Diplomatique**, [S. l.], Ano 13, n. 147, out. 2019, p.7.

39 FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias**. Paulo: Expressão Popular, 2019.

40 LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

e Social; e Petrobrás. Além disso, a gestão de Bolsonaro extinguiu ou redimensionou a maioria dos conselhos e órgãos colegiados vinculados ao executivo e provocou o sufocamento orçamentário do CNPq, da Finep, da Capes, das universidades e dos institutos tecnológicos. Como se tudo isso não bastasse, vem autoritariamente indicando os reitores eleitos por lista tríplice pela comunidade acadêmica; autorizou a queda vertiginosa dos orçamentos dos institutos de pesquisa vinculados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, acenando com a intenção de suspender os concursos para a contratação de novos servidores públicos a partir de 2020 – fato este que se agrava em razão da corrida às aposentadorias decorrente da Contrarreforma da Previdência.

É diante desse contexto que se pode afirmar a existência de uma agenda de destruição da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura, engendrada pelo ultraneoliberalismo em processo, que é estruturado pelo bloco de poder a partir da aliança com Bolsonaro. É aí que estão plantadas as bases de um novo contexto autocrático, que possui diferenças específicas com a ditadura empresarial-militar, entre as quais o significado da radical recusa ao pensamento crítico. Assim, à guisa de enfrentamento do ódio à ciência, à educação e à cultura, torna-se imprescindível não apenas conhecer e expor o que a universidade produz em termos de relevância acadêmica e social mas também fortalecer as resistências, de forma unificada, entre professores, TAEs e estudantes (que já vêm sendo feitas).

Antes de tecermos comentários específicos sobre a seção temática dessa edição, que aborda a extinção do ministério do esporte, lembramos que os ministérios extintos, convertidos em meras secretarias, bem como os novos e os que sobraram da gestão ex-presidenta Dilma, tem agora a função de destruir o que já foi feito. Por exemplo, o do Meio ambiente para destruir o ambiente, o da Educação para destruir a Educação, o da Saúde para a Assistência a quem precisa, o da Cidadania para restringir direitos humanos e civis.

### **Seção temática: a extinção do Ministério dos Esportes**

No que se refere ao campo do esporte e lazer, o governo que desgrazadamente assumiu a presidência em janeiro de 2019 deu continuidade ao que já vinha se anunciando desde a sua vitória fraudulenta no segundo turno das eleições: para justificar a promessa canalha de reduzir o número de ministérios, bem ao gosto do discurso neoliberal de redução do tamanho do Estado, decidiu sacrificar o Ministério do Esporte, assim como o da Cultura, do Trabalho e outros.

Para que servia mesmo um Ministério do Esporte no Brasil? Criado pela primeira gestão petista, em 2003, o Ministério do Esporte, ao longo dos últimos 16 anos, foi o responsável pela construção, desenvolvimento e execução de uma Política Nacional de Esporte, que deveria ter se tornado política de Estado no âmbito de um Sistema Nacional de Esporte, que, infelizmente, não chegou a ser criado.

Com uma estrutura enxuta, tanto de pessoal quanto de orçamento, em comparação com outros ministérios já consolidados, o Ministério do Esporte, nos governos petistas de Lula e Dilma, nunca esteve efetivamente nas mãos do PT, sendo sempre negociado em arranjos políticos que nunca deixaram claro se se tratava de pouca importância atribuída à pasta pelo partido do governo ou, ao contrário, de grande reconhecimento aos partidos ‘aliados’ históricos ou de ocasião, que se sucederam na chefia do Ministério.<sup>41</sup>

Numa configuração parcialmente fundamentada no texto constitucional (esporte de rendimento, educacional e de participação), o Ministério procurou inicialmente desenvolver programas e ações que contemplassem a essas três dimensões. No entanto, nos meandros políticos adjacentes ao desenrolar do que se convencionou chamar de ‘a década do esporte no Brasil’ (2007-

---

41 PIRES, Giovanni de Lorenzi. A escola, a educação física e as políticas públicas: quais são os projetos para o esporte escolar? **Revista Metropolitana de Ciências do Movimento Humano**, [S. l.], n. 1, p. 9-15, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/32c8IEI>. Acesso em: 20 set. 2019.



2016), houve uma injustificada inversão de prioridades, inclusive ao texto constitucional,<sup>42</sup> com a (in)consequente destinação de vultosas verbas orçamentárias e decorrentes de emendas parlamentares para viabilizar infraestruturas destinadas à realização da Copa do Mundo FIFA/2014 e aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio/2016, em claro detrimento e enorme prejuízo das dimensões educacionais e de inclusão social do esporte, vale frisar!

Ainda assim, vários programas do Ministério ligados ao campo social e educacional foram desenvolvidos, alcançando resultados até mesmo inesperados, graças, sobretudo, a parcerias do Ministério com estados, municípios, ONGs e, principalmente, universidades públicas: Segundo Tempo, PELC, Vida Saudável, Rede Cedes, entre outros.

Em 2015, num esforço para viabilizar a governança, o segundo mandato da Presidenta Dilma começou entregando o Ministério do Esporte ao PRB, um novo ‘aliado’, que substituiu o conhecimento técnico e o compromisso social e político dos quadros gestores e dirigentes do Ministério pela ideologia neopentecostal dos pastores... Era o começo do fim!

A seguir, premido pela realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no RJ, justo no ano em que, graças ao golpe parlamentar-jurídico-midiático, Temer assumiu a presidência, o governo golpista manteve o Ministério, então sob o comando de um deputado federal pemedebista do Rio de Janeiro, cuja família inteira, constituída de parlamentares, não por acaso, acabou toda presa por corrupção e enriquecimento ilícito!

Depois dessa, a extinção do Ministério já era até mesmo esperada, senão desejada!

A extinção do Ministério do Esporte no atual (des)governo consolidou a submissão deste campo ao novo Ministério da Cidadania, seja lá o que isso signifique, agora com uma secretaria especial. Aliado a tal fato, na mesma onda nazifascista que atacou o país nas eleições de 2018, vários estados e municípios aproveitaram a situação para também extinguir Secretarias de Esporte e Lazer, interrompendo trajetórias históricas de décadas de políticas públicas de esporte e lazer em favor da cidadania.

Programas e ações dos setores educacionais e de inclusão social do Ministério do Esporte, que haviam sobrevivido ao governo Temer, vêm, nestes 10 meses, sendo extintos formalmente ou mortos por ‘desidratação’, sem repasses de verbas pelo novo governo.

Diante desse quadro, que já se anunciava nos primeiros momentos do governo Bolsonaro, nossa comissão editorial apresentou à comunidade acadêmica da área uma proposta de Seção Temática, conforme excerto do editorial da edição de janeiro-março de 2019:

[...] é possível afirmar que esse governo messiânico, logo no início, já apresentou posturas que devem fazer até os mais convictos bolsominions da área esportiva sentirem um gostinho de arrependimento, como por exemplo, a extinção do Ministério do Esporte. Perante o exposto, propomos aos pesquisadores da área que se posicionem através de suas produções acadêmicas, anunciando chamada para a seção temática a ser publicada ainda no ano de 2019, cujo tema será ‘a extinção do Ministério do Esporte e as consequências para a Educação Física, Esportes e Lazer’. O prazo para a postagem de manuscritos é até 15 de junho de 2019, conforme apresentado na página da revista [prorrogado, depois, até 15/agosto].

Os artigos devem versar sobre as repercussões da extinção do Ministério do Esporte para a sociedade brasileira, tendo como **ementa**: o governo Bolsonaro e o ódio à democracia, ódio de classe, ódio ao esporte e à cultura corporal e de movimento; a destruição do Ministério do Esporte e da Constituição de 1988; as repercussões do fim do Ministério do Esporte para os beneficiados dos diversos programas e ações:

42 **Art. 217.** É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

[...]

II - a destinação de recursos públicos para a promoção **prioritária** do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; (grifo nosso).

crianças, jovens, adultos e idosos oriundos da classe trabalhadora empobrecida que vive nas periferias das cidades; a destruição das políticas públicas e sociais em geral e das políticas para a Educação Física, Esportes e Lazer, sobretudo, para programas como o Segundo Tempo, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), a Rede Cedes, e outros.

Em tempos de destruição do Ministério do Esporte e das políticas esportivas, como construir resistências pautadas na defesa intransigente de uma Pedagogia do Esporte e das práticas corporais de caráter emancipatório e democrático, calcada no direito ao esporte e no “direito à cidade”?

Não muito diferente do que esperávamos, em razão de uma série de circunstâncias compreensíveis (profissionais, de falta de distanciamento temporal, talvez por receio de indispor-se com um governo, que se revelou truculento e persecutório desde a campanha eleitoral), não houve uma grande acolhida à nossa provocação. Porém, ainda que poucos, os textos submetidos e selecionados são de alta qualidade e conseguem traçar um quadro ao mesmo tempo amplo e detalhado do que a extinção do Ministério do Esporte representa e representou para o campo acadêmico, para parcela da comunidade esportiva do país e para a sociedade em geral. Nesse sentido, queremos agradecer a autores e autoras, que, com suas pesquisas e reflexões, contribuem para construir um registro histórico muito importante, num dossiê que certamente poderá servir de fonte para futuros estudos que tentem compreender como foi a trajetória do Ministério do Esporte (2003-2018) no Brasil e algumas das repercussões decorrentes da sua extinção!

\*\*\*

Antes de concluir este editorial, algumas informações sobre esta edição: com um total de 26 textos, distribuídos em três seções, o presente volume mantém os propósitos e compromissos do nosso projeto editorial, trazendo interdisciplinaridade nas temáticas e nos caminhos metodológicos dos artigos; abrangência e representatividade ampliadas, tanto na origem quanto nas instituições dos autores publicados, nacionais e internacionais; acolhimento e visibilidade a autores em diferentes estágios de formação e atuação acadêmica; agilidade no processo editorial de avaliação e veiculação dos manuscritos submetidos/aprovados; manutenção da periodicidade das edições trimestrais e da qualidade do trabalho de editoração científica, entre outros.

Para todos nós, 2019 está sendo um ano muito difícil, por todos os ataques sofridos pela ciência brasileira, já analisados em nossos editoriais. A despeito disso, com a publicação da sua quarta e última edição do ano, a *Motrivivência* demonstra que sobreviveu, graças ao empenho, a disponibilidade e o trabalho incansável de nossos colaboradores, avaliadores, autores, leitores e membros da comissão editorial.

Aliás, nossa comissão editorial é constituída por docentes, pós-graduandos e graduandos, que, de forma voluntária, mas altamente responsável e profissional, emprestam seus melhores esforços e conhecimentos para garantir esses compromissos da revista com autores, colaboradores e leitores. Nesse sentido, consideramos muita justa a homenagem que fazemos nessa edição a todos e todas que, em algum momento, integraram a comissão editorial da *Motrivivência* e fizeram o seu melhor para construir o reconhecimento que a revista vem obtendo da nossa comunidade acadêmica e de instituições ligadas ao campo editorial científico. A imagem postada na Seção de *Homenagens*, com os integrantes atuais da comissão editorial, simboliza uma referência especial a todos(as) que antes e agora estiveram nesta função.

Nossa capa, num fortuito momento de trânsito do editor Maurício Roberto da Silva pelo *campus* da UFSC, flagrou um ato de organização dos estudantes de graduação, então em greve pelo desbloqueio das verbas das IFES. De significativa identificação com um periódico da Educação Física, a frase escrita no biombo representa um chamamento à mobilização da comunidade acadêmica, tanto para lutar pelos direitos sociais, que vêm sendo solapados pelo nazifascismo

implantado pelo MEC, quanto para irem além das guerrilhas virtuais nas redes sociais e fazerem ouvirem “a voz das ruas”, em mobilizações que façam tremer as estruturas canalhas que sustentam esse governo.

Com muita satisfação, registamos ainda que, conforme informamos na página da Motrivivência e em nossas redes sociais, já temos o nosso espaço próprio no prestigioso indexador Educ@, da Fundação Carlos Chagas. É mais um passo importante em direção à qualificação da revista. Convidamos todos e todas a visitar aquele portal em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=2175-8042&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=2175-8042&lng=pt&nrm=iso).

Para efetivamente encerrar, deixamos duas obras de arte: a primeira, a foto abaixo, da fotógrafa chilena Pachy Paz, cujos signos semióticos a ela subjacentes indicam que é possível lutar trazendo nas veias a insubmissão e a emancipação engendradas na interseção entre arte, política e ciência, pois, no limite, como dizem os versos de Leminski, “Na luta de classes, todas as armas são boas: pedras, noite e poemas.”



Foto: Pachy Paz.

E a segunda, o belo poema/desabafo *Isto não é um poema*, de Arnaldo Antunes:

(...) e “não existe amor em SP”  
ou “no coração do Brasil”  
fraturado  
nesses dias brutos  
de coturnos chucros  
a chutar a cara  
de quem  
ama  
arte  
cultura educação  
liberdade de expressão  
diversidade  
cidadania  
solidariedade  
democracia  
mas não se dá  
a mínima  
o que importa é se subiu  
a bolsa  
caiu  
o dólar  
se todos vão prosseguir  
seguindo  
docilmente para o abismo  
nessa insanidade coletiva  
em que o Brasil nega  
qualquer Brasil  
possível  
cega  
qualquer futuro possível  
e o ódio  
o horror e o  
ódio  
e nada que se diga faz sentido  
mais  
para quê  
expor na cara desses caras  
a palavra explícita  
(gravada em vídeo e repetida, repetida, repetida)  
do seu “mito”  
dizendo  
“eu apoio a tortura”  
“eu defendo a ditadura”  
“eu vou fechar o congresso”  
“não servem nem para procriar”  
“não te estupro porque você não merece”  
“a gente vai varrer esses vagabundos daqui”  
“o erro foi torturar e não matar”  
“viadinho tem que apanhar”  
etc etc etc etc etc  
e tudo mais.

Fora Bolsonaro! Lula Livre! Marielle presente! Mestre MOA presente! Todos os jovens negros e negras assassinados nas favelas presente! Todos os indígenas mortos em todo o Brasil! Todos os GLBTQ+ assassinados na calada da noite! Viva Mariguella! “Gracias a La vida” de Violeta Parra! Chi, chi, chi, lê lê, lê!

Desejamos uma leitura crítica e propositiva desta edição.

Florianópolis, primavera de 2019.

**Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira**  
Editores